



Boletim Trimestral de Concessões – 1.º Trimestre de 2015

U T A P

Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Conteúdos

| | |
|--|-----------|
| 1. Sumário Executivo..... | 6 |
| 2. Factos relevantes..... | 8 |
| 2.1 Sector Energético | 8 |
| 2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural | 8 |
| 2.2 Sector das Águas e Resíduos | 9 |
| 2.2.1 Novo investimento da Águas do Algarve | 9 |
| 2.2.2 Aprovação do Plano Nacional de Gestão de Resíduos | 9 |
| 2.3 Sector Portuário | 10 |
| 2.3.1 Processo de renegociação dos contratos de concessão portuária..... | 10 |
| 2.4 Sector dos Transportes | 11 |
| 2.4.1 Lançamento do Concurso Público de Subconcessão dos Sistemas de Transporte do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A..... | 11 |
| 2.4.2 Concurso Público de Subconcessão dos Sistemas de Transporte do Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. | 12 |
| 3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário | 13 |
| 3.1 Tipologia dos fluxos financeiros..... | 13 |
| 3.2 Evolução dos fluxos financeiros..... | 13 |
| 4. Anexos | 18 |

Índice de Quadros

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias..... | 7 |
| Quadro 2 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias..... | 14 |
| Quadro 3 – Receitas da administração portuária por concessão..... | 17 |
| Quadro 4 – Identificação das concessões das Águas..... | 18 |
| Quadro 5 – Identificação das concessões dos Resíduos | 18 |
| Quadro 6 – Identificação das concessões no sector dos Portos | 19 |
| Quadro 7 – Identificação das concessões para o Gás Natural..... | 20 |
| Quadro 8 – Identificação das concessões para a Eletricidade | 20 |
| Quadro 9 – Identificação da concessão Hídrica..... | 20 |
| Quadro 10 – Identificação da concessão Aeroportuária | 21 |
| Quadro 11 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2015 e respetiva variação homóloga | 21 |
| Quadro 12 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2015 e respetiva variação homóloga | 22 |

Índice de Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Distribuição do total das rendas de concessão portuária por porto no 1.º trimestre de 2015..... | 14 |
| Gráfico 2 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2012 a 2015..... | 15 |

Siglas

| | |
|----------------|---|
| 1T 2015 | 1.º Trimestre de 2015 |
| 2015 P | Previsão para 2015 |
| AC 2015 | Valor acumulado de 2015 |
| AC 2014 | Valor acumulado de 2014 |
| AdP, S.A. | Águas de Portugal, S.A. |
| AdP | Águas de Portugal |
| ANA, S.A. | Aeroportos de Portugal, S.A. |
| DGEG | Direção-Geral de Energia e Geologia |
| DRE | Diário da República Eletrónico |
| EGF | Empresa Geral do Fomento, S.A. |
| ERSAR | Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos |
| ERSE | Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos |
| ETAR | Estação de Tratamento de Águas Residuais |
| IMT | Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. |
| IVA | Imposto sobre o Valor Acrescentado |
| M€ | Milhões de Euros |
| PAEF | Programa de Assistência Económica e Financeira |
| Parpública | Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. |
| PETI3+ | Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas |
| PNAEE | Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética |
| PNAER | Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis |
| REN | Rede Elétrica Nacional |
| REN SGPS | REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. |
| SGPS | Sociedade Gestora de Participações Sociais |
| SNGN | Sistema Nacional de Gás Natural |
| UTAP | Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos |
| Var. 2015/2014 | (ou Δ 2015/2014) Variação ocorrida entre o ano de 2015 e o ano de 2014 |

Notas metodológicas

No presente boletim trimestral são apresentados, de forma sistemática, os valores dos encargos e das receitas com as concessões de diversos sectores de atividade (nomeadamente, águas, resíduos, sector energético, portos e aeroportos).

Os valores dos fluxos financeiros indicados no presente boletim foram recolhidos junto das entidades gestoras dos contratos públicos e nos respetivos *websites* e/ou boletins/relatórios de atividade.

Com efeito, a responsabilidade pela veracidade e coerência dos dados e valores aqui apresentados é, em primeira instância, das respetivas entidades gestoras que os disponibilizaram.

No âmbito da análise e leitura dos valores objeto do presente boletim, importa tomar em consideração o seguinte:

- Os valores incluem IVA à taxa legal em vigor; e
- Os valores apresentados são arredondados à unidade mais próxima.

1. Sumário Executivo

A UTAP, entidade sob a tutela do Ministério das Finanças, tal como criada pelo Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, apresenta, por solicitação expressa da mencionada tutela, o boletim informativo das concessões, relativo ao 1.º trimestre de 2015, o qual procura fornecer uma visão sumária e sistematizada da informação considerada relevante em determinadas concessões dos sectores portuário, energético, das águas e resíduos e aeroportuário, sem prejuízo de demais publicações ou informação da responsabilidade de outras entidades competentes em cada um dos mencionados sectores.

No 1.º trimestre de 2015, e no que ao sector portuário diz respeito, cumpre destacar que se mantêm em curso as negociações dos contratos de concessão portuária das administrações portuárias do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa e de Setúbal, bem como os estudos de avaliação da sustentabilidade económico-financeira de alguns investimentos de expansão nas áreas concessionadas do porto do Douro e Leixões. A este respeito, merece ainda destaque o facto de terem sido concluídos os trabalhos da comissão de negociação nomeada para a renegociação do contrato de concessão do Terminal XXI, no porto de Sines, tendo a comissão submetido o respetivo relatório final ao Governo.

Com efeito, após uma intensa ronda negocial, no âmbito do qual tinha sido já alcançado um princípio de acordo com a concessionária relativamente às condições em que o investimento adicional seria desenvolvido e financiado, a PSA Sines optou pelo desenvolvimento de um plano alternativo ao inicialmente apresentado para o aumento da capacidade anual do terminal, sem necessidade de alteração dos termos do contrato de concessão em vigor, tendo sido portanto concluído o processo de negociação.

No que concerne aos fluxos financeiros do sector público com as concessões, destacam-se as receitas relativas ao sector portuário, referentes sobretudo às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos portos analisados (os portos do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa, de Setúbal e de Sines), tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão celebrados entre estas e as respetivas autoridades portuárias.

Com efeito, no 1.º trimestre de 2015, as receitas auferidas pelas administrações portuárias, relativamente aos terminais concessionados, registaram um crescimento da ordem dos 3% face ao período homólogo de 2014, ascendendo a 16.753 milhares de euros. Continua a destacar-se, pelo peso relativo no total das receitas portuárias, o porto do Douro e Leixões não obstante a ligeira recuperação do porto de Lisboa, embora apenas em termos de receitas.. Na origem desta evolução, encontra-se sobretudo a tendência de crescimento a que se assistiu ao nível do movimento global de mercadorias (incluindo as contentorizadas) nos terminais concessionados dos portos objeto de análise (com exceção do porto de Lisboa)¹, bem como o impacto de alguns fatores que afetam a comparabilidade dos valores,

¹ Tal como se apresenta no *Quadro 11* dos anexos deste boletim.

nomeadamente as diferenças ao nível da cadência de pagamentos das concessionárias (tal como verificado, nomeadamente, no porto de Lisboa).

Quadro 1 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias

Valores em milhares de euros

| Sector Portuário | 1T 2015 | Peso no Total (1T) | 1T 2014 | Δ 1T 2015 / 1T 2014 | 2015 P | % Execução |
|------------------------|---------------|--------------------|---------------|----------------------------|---------------|------------|
| Douro e Leixões | 7.553 | 45% | 7.559 | 0% | 28.067 | 27% |
| Sines | 3.836 | 23% | 3.671 | 5% | 18.886 | 20% |
| Lisboa | 3.688 | 22% | 3.341 | 10% | 18.935 | 19% |
| Setúbal | 1.555 | 9% | 1.638 | -5% | 6.780 | 23% |
| Aveiro | 120 | 1% | 104 | 15% | 460 | 26% |
| Total | 16.753 | 100% | 16.313 | 3% | 73.127 | 23% |

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

2. Factos relevantes

2.1 Sector Energético

2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural

Durante o 1.º trimestre de 2015, foi publicado um conjunto de diplomas legais com incidência nas atividades reguladas dos sectores elétrico e do gás natural, em particular naquelas atividades sujeitas a concessões do Estado, que importam nomear:

- Decreto-Lei n.º 2/2015, de 6 de janeiro, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 100/2007, de 2 de abril, prorrogando o prazo para a apresentação dos pedidos de restituição aos consumidores do valor das cauções de determinados serviços públicos essenciais e criando, para os prestadores destes serviços, obrigações adicionais de informação aos consumidores a quem aquelas cauções não foram ainda restituídas;
- Portaria n.º 15/2015, de 23 de janeiro, que procede à fixação da tarifa de referência prevista no n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro. A presente portaria determina ainda as percentagens a aplicar à tarifa de referência, consoante a energia primária utilizada pelas unidades de pequena produção;
- Portaria n.º 14/2015, de 23 de janeiro, que define o procedimento para apresentação de mera comunicação prévia de exploração das unidades de produção para autoconsumo, bem como para obtenção de um título de controlo prévio no âmbito da produção para autoconsumo ou da pequena produção para injeção total na rede elétrica de serviço público (RESP) da energia elétrica produzida, procedendo à regulamentação do Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro. Estabelece ainda o montante, o modo de pagamento e as fases do procedimento em que são devidas as taxas previstas no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro;
- Decreto-Lei n.º 15/2015, de 30 de janeiro, que altera os Decretos-Leis n.ºs 74/2012, de 26 de março, 75/2012, de 26 de março, 66/2010, de 11 de junho, e 04/2010, de 29 de setembro, no sentido de alterar a forma de fixação do período de aplicação das respetivas tarifas transitórias para fornecimentos de gás natural e eletricidade aos clientes finais com consumos anuais iguais ou inferiores a 10 000 m³ e com consumos em baixa tensão normal;
- Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro - Estabelece as condições de acesso e as regras gerais de financiamento para as operações apresentadas ao abrigo das Prioridades de Investimento e Áreas de Intervenção no domínio da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos;
- Portaria n.º 97/2015, de 30 de março, que procede à alteração das datas fixadas para a extinção das tarifas transitórias para fornecimentos de gás natural aos clientes finais com consumos anuais superiores a 10 000 m³ e aos clientes finais de

eletricidade com consumos em MAT, AT, MT e BTE, pelas Portarias n.º 127/2014, de 25 de junho, e 27/2014, de 4 de fevereiro, respetivamente, bem como define os períodos máximos de aplicação das tarifas transitórias aplicáveis aos clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m³ e aos clientes finais de eletricidade com consumos em BTN.

2.2 Sector das Águas e Resíduos

2.2.1 Novo investimento da Águas do Algarve

A Águas do Algarve, S.A.², empresa pública responsável pelo tratamento e distribuição de água e saneamento de águas residuais de 16 municípios na região do Algarve (os quais englobam cerca de meio milhão de habitantes em época baixa e mais de um milhão durante a época alta), anunciou, no presente trimestre, o início da construção da nova ETAR de Vila do Bispo, a qual deverá envolver um investimento da ordem dos 2 milhões de euros.

Esta nova infraestrutura deverá substituir três infraestruturas de tratamento existentes e ainda tratar os afluentes à Estação Elevatória do Emissário Submarino do Martinhal (Sagres), devendo permitir servir cerca de 14 mil habitantes (em época alta).

2.2.2 Aprovação do Plano Nacional de Gestão de Resíduos

No dia 16 de março foi publicada, em Diário da República, a Resolução do Conselho de Ministros, de dezembro de 2014, através da qual veio o Conselho de Ministros “*Aprovar o Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR) para o horizonte 2014-2020*”, “*Estabelecer que as entidades identificadas, no PNGR como entidades responsáveis, desenvolvam por sua iniciativa as diligências necessárias à concretização das ações que lhes estão atribuídas, nos termos previstos no PNGR e em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.)*”, bem como “*Determinar que a APA, I. P., acompanhe e monitorize a execução das medidas previstas no PNGR*”.

O Plano Nacional de Gestão de Resíduos constitui-se como um mecanismo de planeamento macro da política de gestão de resíduos, visando fornecer as orientações estratégicas de prevenção e gestão de resíduos, no território nacional. Neste sentido, o Plano Nacional de Gestão de Resíduos tem como objetivos estratégicos, por um lado, “*promover a eficiência da utilização de recursos naturais na economia*”, e, por outro lado, “*prevenir ou reduzir os impactos adversos decorrentes da produção e gestão de resíduos*”.

² A Águas do Algarve, S.A., detida em 54,44% pelo grupo AdP e no remanescente por municípios do Algarve, foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de Agosto, mediante a fusão das sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.. Subsequentemente, foi-lhe atribuída, pelo Estado Português, em regime exclusivo, a concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Algarve, pelo prazo de 30 anos.

O referido plano insere-se nos objetivos do Governo de promoção do crescimento verde – no âmbito do qual o sector dos resíduos assume um carácter estratégico – e de promoção de uma gestão sustentável dos resíduos, como forma, nomeadamente, de dar cumprimento a uma obrigação imposta pela Diretiva Quadro dos Resíduos (já transposta para o direito português), de elaboração, por parte de cada Estado-Membro, de planos de gestão de resíduos que incluam todo o território geográfico do país em causa.

2.3 Sector Portuário

2.3.1 Processo de renegociação dos contratos de concessão portuária

Na sequência da nomeação (no 1.º trimestre de 2014) das comissões de negociação dos contratos de concessão portuária das administrações portuárias do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa e de Setúbal³, foi dada continuidade aos trabalhos de negociação dos contratos de concessão cujo *terminus* se prolonga para além de 31 de Dezembro de 2020, tendo em vista a redução da “fatura portuária” que recai sobre a economia portuguesa.

Neste contexto, e após a identificação de 5 concessões cujos contratos apresentam potencial de otimização e consequente redução de encargos para a economia, foram levadas a cabo, no trimestre em apreço, diversas reuniões envolvendo não só as respetivas administrações portuárias, mas também os representantes das entidades concessionárias.

Mantêm-se em curso os trabalhos relativos à avaliação da sustentabilidade económico-financeira de alguns investimentos de expansão nas áreas concessionadas do porto do Douro e Leixões, aguardando-se uma resposta da Concessionária do Terminal de Contentores de Leixões a uma nova proposta de alteração contratual formulada pela Comissão de Negociação.

No que concerne ainda ao processo negocial dos contratos de concessão portuária, merece destaque o facto de, no trimestre em análise, ter sido apresentado ao Governo o relatório final da comissão de negociação constituída, em julho último, para negociar o contrato relativo à concessão do Terminal XXI, no porto de Sines. A renegociação deste contrato inseriu-se, tal como os demais, no âmbito de um conjunto de reformas que o Governo pretendia levar a cabo no sector marítimo-portuário com vista a aumentar a sua eficiência e reduzir os custos de contexto associados à chamada “fatura portuária”, de forma a aumentar a competitividade das empresas e as exportações nacionais. Adicionalmente, o mandato atribuído à mencionada comissão de negociação incluía ainda a apreciação da proposta de expansão do referido terminal, que havia sido apresentada pela concessionária – a PSA Sines Container Terminal – Terminal de Contentores, S.A. (“PSA Sines”) – à Administração do Porto de Sines, S.A..

³ Através do Despacho n.º 4550-A/2014, de 26 de março, do Coordenador da UTAP, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 61, de 27 de março de 2014.

Após várias reuniões entre a comissão de negociação e a concessionária, no âmbito das quais tinha sido já alcançado um princípio de acordo com a concessionária relativamente às condições em que o investimento adicional seria desenvolvido e financiado, a PSA Sines optou pelo desenvolvimento de um plano alternativo ao inicialmente apresentado para o aumento da capacidade anual do terminal, envolvendo necessidades de investimento menos significativas e por isso enquadrável no contexto do atual contrato de concessão, sem necessidade da sua renegociação.

Neste sentido, foram concluídos os trabalhos da comissão de negociação, tendo sido o processo negocial concluído sem necessidade de qualquer alteração ao contrato de concessão em vigor, relativo ao Terminal XXI.

Nas renegociações dos contratos de concessão portuária, sobretudo por razões de maior transparência, foram adotados os procedimentos previstos no Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio para a condução dos processos negociais, tendo sido portanto nos termos deste constituídas as respetivas comissões de negociação, com a participação de membros da UTAP.

2.4 Sector dos Transportes

2.4.1 Lançamento do Concurso Público de Subconcessão dos Sistemas de Transporte do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

Durante o trimestre em apreço foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/2015, de 26 de fevereiro, através da qual veio o Conselho de Ministros “*determinar o início do processo de abertura ao mercado da exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pelas empresas Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (CARRIS) e Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), através da subconcessão destes serviços*”, bem como “*Encarregar os conselhos de administração da CARRIS e do ML de preparar e aprovar as peças do procedimento de concurso público destinado à subconcessão referida*”, e ainda “*Delegar na Ministra de Estado e das Finanças e no Ministro da Economia, com a faculdade de subdelegação, os poderes para proceder à atualização dos contratos de concessão de serviço público celebrados com a CARRIS e o ML, os quais devem ter em conta o objetivo de assegurar o equilíbrio operacional destas empresas sem recurso a indemnizações compensatórias*”.

Conforme resulta do preâmbulo da resolução, esta decisão do Conselho de Ministros surgiu no seguimento das orientações estratégicas definidas pelo Governo para o sector dos transportes, constantes do PETI3+, publicado em abril de 2014, em concreto, e no que respeita ao sector dos transportes de passageiros, relativamente à abertura das atividades de operação e exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto à iniciativa privada, caso tal opção se manifeste superior em termos de eficiência operacional face ao modelo atualmente em vigor, de prestação destes serviços por empresas exclusivamente públicas.

Neste sentido tanto a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (“CARRIS”) como a Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (“ML”) realizaram uma análise ao mérito da abertura da exploração dos serviços públicos prestados pelas mesmas à iniciativa privada. Neste contexto, concluíram as empresas que a opção da abertura à iniciativa privada constitui uma mais-valia para os interesses do Estado Português, tendo portanto aconselhado o Governo a dar início ao procedimento concursal de adjudicação destes serviços, por um prazo não superior ao das respetivas concessões.

Assim, e à semelhança do modelo adotado no Porto, foi delineado um modelo de abertura ao mercado, através de um regime de subconcessão, com base num mecanismo de remuneração com incentivos ao desempenho do operador privado, devendo este último assumir parte do risco comercial.

No seguimento da mencionada decisão do Conselho de Ministros, as administrações das empresas visadas procederam ao lançamento do concurso público para a subconcessão (por um período de 8 anos) dos respetivos sistemas de transporte, nomeadamente através do anúncio publicado em Diário da República a 27 de março de 2015..

2.4.2 Concurso Público de Subconcessão dos Sistemas de Transporte do Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

No âmbito do concurso público para a subconcessão dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pelas empresas Sociedade Transportes Coletivos do Porto, S.A. (“STCP”) e Metro do Porto, S.A. (“MP”), lançado nomeadamente através do anúncio publicado em Diário da República a 8 de agosto de 2014, foi fixada como data limite para apresentação de propostas o dia 30 de setembro de 2014. O prazo para apresentação de propostas foi no entanto prorrogado até ao dia 30 de dezembro, em virtude de um elevado pedido de esclarecimentos requeridos pelas entidades interessadas e aos quais não foi possível responder em tempo útil.

Terminado o prazo para apresentação de propostas, apresentaram-se a concurso dois concorrentes, tendo a proposta de um deles sido excluída. O relatório final de avaliação de propostas propôs a adjudicação ao concorrente TCCMP (detido por um consócio formado pela FMB – Ferrocarril Metropolitán de Barcelona e pela TCC – Transports Ciutat Comtal), tendo sido o contrato adjudicado a esta empresa. Por aplicação das regras do procedimento, a adjudicação do contrato relativo à subconcessão do sistema de transporte da STCP encontra-se suspensa. Ao invés, no caso da subconcessão do sistema de transporte do Metro do Porto, a adjudicação, ocorrida em fevereiro, produziu efeitos imediatos, tendo sido o respetivo contrato assinado em 23 de abril, seguindo-se a sua submissão ao Tribunal de Contas para os devidos efeitos.

3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário

3.1 Tipologia dos fluxos financeiros

Na presente secção são descritos os fluxos financeiros do sector público relativos às concessões portuárias atribuídas pelas administrações dos portos do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa, de Setúbal e de Sines.

Os fluxos financeiros apresentados referem-se, essencialmente, às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos referidos portos, tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão em vigor entre estas e as autoridades portuárias (as entidades públicas a quem foi atribuída a responsabilidade pela administração dos portos) em causa.

Deve salientar-se que nos fluxos financeiros apresentados não foram considerados quaisquer investimentos realizados pelas Autoridades Portuárias, ainda que indiretamente relacionados com estas concessões. Relativamente às receitas obtidas, estas dizem respeito a pagamentos constituídos por uma componente fixa (podendo esta ser, no todo ou em parte, ajustada tendo por base o IPC) e/ou variável, sendo esta última tipicamente calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais e de acordo com o definido contratualmente.

3.2 Evolução dos fluxos financeiros

No 1.º trimestre de 2015, as receitas das Administrações Portuárias referentes aos terminais portuários concessionados registaram, em termos globais, um crescimento de 3% face ao trimestre homólogo de 2014, ascendendo a 16.753 milhares de euros. Esta evolução encontra-se em linha com a tendência de crescimento a que se assistiu no movimento global de mercadorias dos terminais concessionados dos portos de Setúbal, Douro e Leixões, Aveiro e Sines⁴.

No caso concreto do porto de Setúbal, apesar do crescimento registado ao nível do movimento global de mercadorias (em 4%), as receitas da respetiva administração portuária decresceram aproximadamente 5%, o que pode ser explicado, não só pela ligeira redução das tarifas (em 0,36%), no seguimento da atualização das mesmas nos moldes do previsto contratualmente, mas também, e sobretudo, pela atribuição de um incentivo à Sadoport (no montante de 75 milhares de euros) para utilização do modo ferroviário na movimentação de mercadorias.

Neste contexto, importa ainda mencionar que os valores apresentados dizem respeito aos montantes efetivamente recebidos (e não apenas faturados) pelas administrações portuárias, pelo que a sua comparabilidade poderá encontrar-se afetada por eventuais diferenças ao

⁴ Tal como se apresenta no *Quadro 11* dos anexos deste boletim.

nível da cadência de pagamentos das concessionárias. Esta situação justifica, designadamente, o crescimento dos fluxos financeiros no caso do porto de Lisboa (em cerca de 10%), num contexto de redução das quantidades de mercadoria movimentada.

Quadro 2 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias

Valores em milhares de euros

| Sector Portuário | 1T 2015 | Peso no Total (1T) | 1T 2014 | Δ 1T 2015 / 1T 2014 | 2015 P | % Execução |
|------------------------|---------------|--------------------|---------------|----------------------------|---------------|------------|
| Douro e Leixões | 7.553 | 45% | 7.559 | 0% | 28.067 | 27% |
| Sines | 3.836 | 23% | 3.671 | 5% | 18.886 | 20% |
| Lisboa | 3.688 | 22% | 3.341 | 10% | 18.935 | 19% |
| Setúbal | 1.555 | 9% | 1.638 | -5% | 6.780 | 23% |
| Aveiro | 120 | 1% | 104 | 15% | 460 | 26% |
| Total | 16.753 | 100% | 16.313 | 3% | 73.127 | 23% |

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

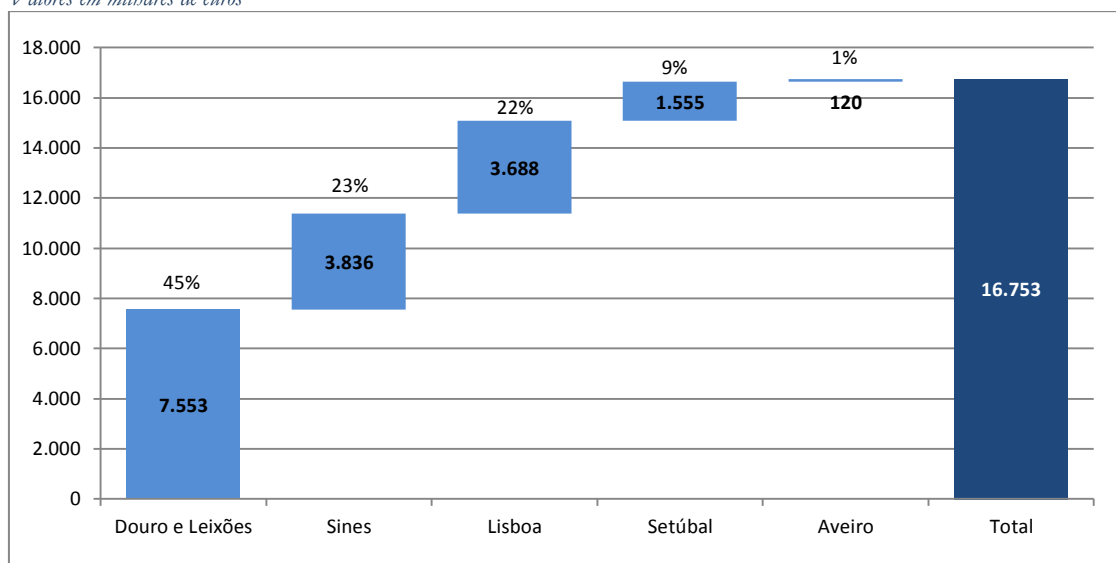
Tal como se constata no *Quadro 2* anterior, para a evolução verificada nos fluxos financeiros reportados relativamente ao 1.º trimestre de 2015, face ao período homólogo, contribuiu o comportamento positivo das rendas recebidas pelas administrações dos portos de Lisboa, de Aveiro e de Sines, destacando-se, sobretudo, o crescimento registado no caso do porto de Lisboa – da ordem dos 10% –, embora esta evolução tenha sido influenciada pela diferente temporalidade dos fluxos financeiros..

O porto do Setúbal, tal como mencionado, constitui a única exceção à tendência positiva observada nas receitas portuárias, registando-se, neste caso, uma diminuição de 5% na receita, face ao período homólogo.

No trimestre em análise, os terminais portuários concessionados do porto do Douro e Leixões mantiveram a sua posição dominante em termos de contributo para o valor total das rendas do sector portuário, tendo sido responsáveis por cerca de 45% destas, seguindo-se em termos de ordem de importância os portos de Sines e de Lisboa, com pesos relativos de 23% e 22%, respetivamente (ver *Gráfico 1* seguinte).

Gráfico 1 – Distribuição do total das rendas de concessão portuária por porto no 1.º trimestre de 2015

Valores em milhares de euros

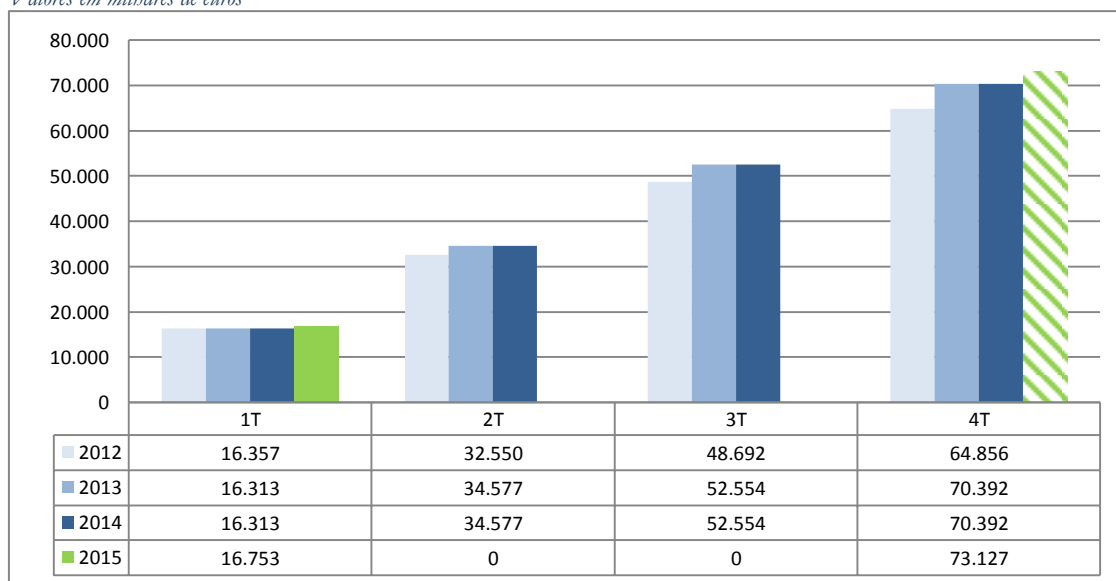


Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

No Gráfico 2 seguinte apresenta-se a evolução das receitas acumuladas com as concessões portuárias por trimestre desde 2012, bem como os valores orçamentados para 2015, sendo possível constatar uma tendência de melhoria das receitas acumuladas anuais, a qual deverá ser de certa forma reflexo da evolução positiva que se tem vindo a registar ao nível da movimentação global de mercadorias nos portos objeto de análise.

Gráfico 2 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2012 a 2015

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

Nota: A zona sombreada a verde no 4.º trimestre de 2015 corresponde ao valor total previsto para 2015.

Tal como se verifica no *Quadro 3* seguinte, o porto de Lisboa foi aquele que registou a taxa de crescimento mais acentuada (da ordem dos 10%) em termos de rendas recebidas pelas administrações portuárias, encontrando-se a evolução verificada neste porto relacionada sobretudo com o acréscimo nas receitas resultantes do Terminal de Contentores de Alcântara (de 60%), o qual, por sua vez, é reflexo do aumento de 52% ocorrido no volume de movimentação de mercadorias no referido terminal.

No caso concreto dos portos do Douro e Leixões, o valor das rendas auferidas pela respetiva administração portuária manteve-se no trimestre em apreço praticamente inalterado face ao registado no período homólogo anterior, destacando-se, pelo seu peso no total das rendas portuárias do 1.º trimestre de 2015, o Terminal de Contentores de Leixões, o Terminal de Carga a Granel de Leixões e o Terminal de Produtos Petrolíferos, os quais, em conjunto, representaram cerca de 95% das referidas rendas.

No que diz respeito ao porto de Sines, e quando comparado o 1.º trimestre de 2015 com o período homólogo de 2014, verifica-se que o aumento das receitas da administração portuária é explicado em grande medida por uma intensificação do movimento de mercadorias nos terminais concessionados.

Por fim, e no que concerne ao porto de Aveiro, conclui-se que o aumento (de 15%) das rendas no 1.º trimestre de 2015, face a igual período de 2014, decorreu fundamentalmente do crescimento das rendas relativas ao Serviço de Reboque, explicado pelo facto de o respetivo contrato de concessão ter entrado em vigor apenas a 1 de fevereiro de 2014, pelo que o valor reportado no 1º trimestre de 2014 se refere apenas aos meses de fevereiro e março.

No quadro seguinte apresenta-se o valor das receitas auferidas pelas administrações portuárias em cada um dos seus terminais concessionados.

Quadro 3 – Receitas da administração portuária por concessão

Valores em milhares de euros

| Sector Portuário | | 1T 2015 | Peso no Total | 1T 2014 | Δ 1T 2015 / 1T 2014 | 2015 P | % Execução |
|------------------|---|---------------|---------------|---------------|---------------------|---------------|------------|
| Douro e Leixões | Terminal de Contentores de Leixões | 4.406 | 26% | 4.607 | -4% | 16.634 | 26% |
| | Terminal de Carga a Granel de Leixões | 1.064 | 6% | 856 | 24% | 3.406 | 31% |
| | Silos de Leixões | 41 | 0% | 62 | -34% | 203 | 20% |
| | Terminal Produtos Petrolíferos | 1.671 | 10% | 1.628 | 3% | 6.296 | 27% |
| | Terminal de Granéis Líquido Alimentares | 24 | 0% | 24 | 0% | 94 | 26% |
| | Terminal Expedição de Cimento a Granel | 165 | 1% | 203 | -19% | 661 | 25% |
| | Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado | 22 | 0% | 18 | 22% | 158 | 14% |
| | Instalações de Apoio à Navegação de Recreio | 14 | 0% | 14 | 0% | 28 | 50% |
| | Exploração Turística-Hoteleira | 128 | 1% | 129 | -1% | 513 | 25% |
| | Exploração Restaurante e Bar | 18 | 0% | 18 | 0% | 74 | 24% |
| | Subtotal Douro e Leixões | 7.553 | 45% | 7.559 | 0% | 28.067 | 27% |
| Aveiro | Terminal Sul Aveiro | 92 | 1% | 88 | 4% | 348 | 26% |
| | Serviço de Reboque Aveiro | 28 | 0% | 16 | 74% | 112 | 25% |
| | Subtotal Aveiro | 120 | 1% | 104 | 15% | 460 | 26% |
| Lisboa | Terminal de Contentores de Alcântara | 635 | 4% | 397 | 60% | 4.085 | 16% |
| | Terminal de Contentores de Santa Apolónia | 1.520 | 9% | 1.468 | 4% | 7.529 | 20% |
| | Terminal Multipurpose de Lisboa | 263 | 2% | 289 | -9% | 1.083 | 24% |
| | Terminal Multiusos do Beato | 345 | 2% | 221 | 56% | 1.023 | 34% |
| | Terminal Multiusos do Poço do Bispo | 231 | 1% | 230 | 0% | 1.016 | 23% |
| | Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria | 180 | 1% | 231 | -22% | 1.480 | 12% |
| | Terminal de Granéis Alimentares da Beato | 225 | 1% | 183 | 23% | 823 | 27% |
| | Terminal de Granéis Alimentares de Palença | 185 | 1% | 199 | -7% | 1.105 | 17% |
| | Terminal do Barreiro | 30 | 0% | 34 | -11% | 295 | 10% |
| | Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro | 62 | 0% | 78 | -20% | 461 | 13% |
| | Terminal do Seixal - Baía do Tejo | 12 | 0% | 12 | 0% | 36 | 33% |
| | Subtotal Lisboa | 3.688 | 22% | 3.341 | 10% | 18.935 | 19% |
| Setúbal | Terminal Multiusos Zona 1 | 495 | 3% | 534 | -7% | 2.157 | 23% |
| | Terminal Multiusos Zona 2 | 931 | 6% | 982 | -5% | 4.113 | 23% |
| | Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal | 88 | 1% | 86 | 2% | 352 | 25% |
| | Terminal de Granéis Liq. De Setúbal | 41 | 0% | 36 | 16% | 159 | 26% |
| | Subtotal Setúbal | 1.555 | 9% | 1.638 | -5% | 6.780 | 23% |
| Sines | Terminal Contentores de Sines XXI | 318 | 2% | 238 | 34% | 4.871 | 7% |
| | Terminal Multipurpose de Sines | 1.136 | 7% | 1.072 | 6% | 4.544 | 25% |
| | Terminal de Petroleiro e Petroquímico | 105 | 1% | 102 | 3% | 401 | 26% |
| | Serviço de Reboque e Amarração Sines | 210 | 1% | 193 | 9% | 802 | 26% |
| | Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos | 2.067 | 12% | 2.067 | 0% | 8.268 | 25% |
| | Subtotal Sines | 3.836 | 23% | 3.671 | 5% | 18.886 | 20% |
| Total | | 16.753 | 100% | 16.313 | 3% | 73.127 | 23% |

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

4. Anexos

Quadro 4 – Identificação das concessões das Águas

| Concessões Águas | Ano de início | Prazo | Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros) |
|--|---------------|-------|---|
| Águas do Algarve | 2001 | 30 | 580 |
| Águas do Centro Alentejo | 2003 | 30 | 84 |
| Águas do Centro | 2001 | 30 | 274 |
| Águas do Douro e Paiva | 1996 | 30 | 413 |
| Águas do Mondego | 2004 | 35 | 232 |
| Águas do Norte Alentejano | 2001 | 30 | 126 |
| Águas do Noroeste | 2010 | 50 | 859 |
| Águas do Oeste | 2001 | 35 | 281 |
| Águas de St.º André | 2001 | 30 | 97 |
| Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro | 2001 | 30 | 490 |
| Águas do Zêzere e Côa | 2000 | 30 | 312 |
| Águas Públicas Alentejo, S.A. ⁽²⁾ | 2009 | 50 | 65 |
| Águas da Região de Aveiro, S.A. ⁽²⁾ | 2009 | 50 | 147 |
| Sanest | 1995 | 25 | 279 |
| Simarsul | 2004 | 30 | 207 |
| Simdouro | 2010 | 50 | 144 |
| Simlis | 2000 | 30 | 111 |
| Simria | 2000 | 50 | 255 |
| Simtejo | 2001 | 43 | 360 |
| TOTAL | | | 5.316 |

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2014.

⁽²⁾ Parcerias Estado-Autarquias.

Quadro 5 – Identificação das concessões dos Resíduos

| Concessões Resíduos | Ano de início | Prazo | Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros) |
|---------------------|---------------|-------|---|
| Algar | 1996 | 38 | 127 |
| Amarsul | 1997 | 37 | 116 |
| Ersuc | 1997 | 37 | 169 |
| Resiestrela | 2003 | 31 | 36 |
| Resinorte | 2009 | 25 | 167 |
| Resulima | 1996 | 38 | 26 |
| Suldouro | 1996 | 38 | 83 |
| Valnor | 2001 | 33 | 69 |
| Valorlis | 1996 | 38 | 56 |
| Valorminho | 1996 | 38 | 13 |
| Valorsul | 2010 | 24 | 352 |
| Total | | | 1.214 |

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2014.

Quadro 6 – Identificação das concessões no sector dos Portos

| Sector Portuário | Concessionário | Ano | Prazo | Invest. Concessão ¹ | Invest. Concedente ¹ |
|------------------|--|---|-------|--------------------------------|---------------------------------|
| Douro e Leixões | Terminal de Contentores de Leixões | TCL - Terminal de Contentores de Leixões SA | 2000 | 25 | 48 |
| | Terminal de Carga a Granel de Leixões | TCGL - Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA | 2001 | 25 | 28 |
| | Silos de Leixões | Silos de Leixões, Unipessoal Lda | 2007 | 25 | 3 |
| | Terminal Produtos Petrolíferos | Petrogal, SA | 2006 | 25 | n.d. |
| | Terminal de Granéis Líquido Alimentares | E.D. & F. Man Portugal Lda | 2001 | 15 | n.d. |
| | Terminal Expedição de Cimento a Granel | SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA | 2001 | 15 | n.d. |
| | Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado | Docapesca - Portos e Lotas SA | 1995 | 25 | n.d. |
| | Instalações de Apoio à Navegação de Recreio | Marina de Leixões - Associação de Clubes | 1985 | 25 ⁽²⁾ | n.d. |
| | Exploração Turística-Hoteleira | Dourocais - Inv. Imobiliários SA | 2001 | 20 | n.d. |
| Aveiro | Exploração Restaurante e Bar | Companhia de Cervejas Portuguesa, SA | 2000 | 20 | n.d. |
| | Terminal Sul Aveiro | Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA | 2001 | 25 | 7 |
| Lisboa | Serviço de Reboque Aveiro | Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA | 2014 | 5 | - |
| | Terminal de Contentores de Alcântara | Liscont - Operadores de Contentores SA | 1984 | (³) | 35 |
| | Terminal de Contentores de Santa Apolónia | Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA | 2000 | 20 | 40 |
| | Terminal Multipurpose de Lisboa | OPERLIS - Gestão e Operação Portuária, S.A | 1995 | 15 ⁽⁴⁾ | 0 |
| | Terminal Multiusos do Beato | TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA | 2000 | 20 | 7 |
| | Terminal Multiusos do Poço do Bispo | Empresa de Tráfego e Estiva, SA | 2000 | 20 | 4 |
| | Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria | SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA | 1995 | 30 | 4 |
| | Terminal de Granéis Alimentares da Beato | SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA | 1995 | 30 | 3 |
| | Terminal de Granéis Alimentares de Palença | Sovena Oilseeds Portugal, S.A. | 1996 | 30 | 87 |
| | Terminal do Barreiro | ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA | 1995 | 30 | 2 |
| | Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro | LBC - TANQUIPOR, S.A. | 1995 | 30 | 23 |
| Setúbal | Terminal do Seixal - Baía do Tejo | Baía do Tejo, S.A. | 1995 | 30 | - |
| | Terminal Multiusos Zona 1 | Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA | 2004 | 20 | 9 |
| | Terminal Multiusos Zona 2 | Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA | 2004 | 20 | 12 |
| | Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal | Sapac - Terminais Portuários, SA | 1995 | 25 | 10 |
| | Terminal de Granéis Liq. De Setúbal | Sapac - Terminais Portuários, SA | 2003 | 25 | 3 |
| Sines | Terminal Contentores de Sines | PSA Sines - Terminais de Contentores, SA | 1999 | 30 | 136 |
| | Terminal Multipurpose de Sines | Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA | 1992 | 25 | 83 |
| | Abastecimento de Bancas por Meios Terrestres Fixos nos Terminais Petroléiro e Petroquímico | Petróleos de Portugal - Petrogal, SA | 2003 | 10 + 5 | 4 |
| | Serviço de Reboque e Amarração Sines | Reboport-Soc. Portuguesa Reboques Marítimos, SA | 2002 | 20 | 22 |
| | Terminal de Granéis Liq. e Gestão Integrada de Resíduos | CLT- Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA | 2008 | 30 | 8 |
| TOTAL | | | | 579 | 905 |

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

⁽²⁾ O contrato foi prorrogado até 2015.

⁽³⁾ O prazo desta concessão, originalmente fixado em 20 anos, foi estendido até 2042 por via do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro. Este diploma foi revogado pela Lei n.º 14/2010 de 23 de julho. No entanto, em 3.03.2014 foi proferido pelo Tribunal Constitucional o Acórdão n.º 202/2014, que julga inconstitucionais as normas constantes da Lei n.º 14/2010, de 23 de julho em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade.

⁽⁴⁾ No seguimento do concurso lançado pela Administração do Porto de Lisboa, S.A., em 6 de abril último foi assinado um novo contrato de concessão, com a TSA Terminal de Santa Apolónia, Lda..

Quadro 7 – Identificação das concessões para o Gás Natural

| Concessões Energia - Gás Natural | Concessionário | Ano | Prazo | Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros) |
|---|---|------|-------|---|
| Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural (Carriço / Pombal) | Transgás Armazenagem, S.A. | 2006 | 40 | 15 |
| Distribuição Regional de Gás Natural de Lisboa | Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisboa, S.A. | 2008 | 40 | 65 |
| Distribuição Regional de Gás Natural do Centro | Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, S.A. | 2008 | 40 | 51 |
| Distribuição Regional de Gás Natural do Sul | Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, S.A. | 2008 | 40 | 29 |
| Distribuição Regional de Gás Natural do Norte | Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás | 2008 | 40 | 135 |
| Receção, Armazenamento e Regaseificação de GNL (Sines) | REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. | 2006 | 40 | 194 |
| Receção e Armazenamento Subterrâneo Gás Natural (Carriço / Pombal) | REN Armazenagem, S.A. | 2006 | 40 | 45 |
| Distribuição Regional de Gás Natural da Região do Centro Interior | Beiragás- Companhia Gás das Beiras, S.A. | 2008 | 40 | 18 |
| Distribuição Regional de Gás Natural do Vale do Tejo | Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, S.A. | 2008 | 40 | 20 |
| Transporte de Gás Natural através da Rede Nacional Transporte de Gás Natural (alta pressão) | REN Gasodutos, S.A. | 2006 | 40 | 164 |
| TOTAL | | | | 737 |

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 8 – Identificação das concessões para a Eletricidade

| Concessões Energia - Eletricidade | Concessionário | Ano | Prazo | Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros) |
|---|---------------------------------|------|-------|---|
| Rede Eléctrica Nacional | REN-Rede Eléctrica Nacional, SA | 2007 | 50 | 2.426 |
| Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect. | EDP-Distribuição Energia, SA | 2009 | 35 | 4.608 |
| Exploração Zona Piloto «produção de energia das ondas do Mar» | Enondas, Energia das Ondas, SA | 2010 | 45 | 2 |
| TOTAL | | | | 7.974 |

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 9 – Identificação da concessão Hídrica

| Concessões Hídricas | Concessionário | Ano | Prazo | Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros) |
|----------------------|---|------|-------------------|---|
| Barragem de Foz Tua | EDP, S.A. | 2011 | 79 | 140 |
| Barragem Girabolhos | Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Lda. | 2013 | 65 ⁽²⁾ | 0 |
| Barragem Alto Tâmega | Iberdrola Generación S.A.U. | 2014 | 70 ⁽²⁾ | 0 |
| TOTAL | | | | 140 |

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

⁽²⁾ A contar a partir da data de entrada em exploração e não do início do contrato de concessão

Quadro 10 – Identificação da concessão Aeroportuária

| Concessões Aeroportuárias | Concessionário | Ano | Prazo | Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros) |
|---------------------------|-----------------------------------|------|-------|---|
| Concessão de aeroportos | ANA - Aeroportos de Portugal, S.A | 2012 | 50 | n.d. |

Fonte: UTAP, a partir de dados constantes do DRE

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 11 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2015 e respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

| Sector Portuário | | 1T 2015 | Peso no Total | 1T 2014 | Δ 1T 2015 / 1T 2014 |
|------------------|---|------------|---------------|------------|---------------------|
| Setúbal | Contentores | 1.974 | 0% | 2.559 | -23% |
| | Terminal Multiusos Zona 1 (Tersado) | | | | |
| | Carga Geral e Granéis | 451.775 | 3% | 479.285 | -6% |
| | Outros | 6.513 | 0% | 5.672 | 15% |
| | Subtotal | 460.262 | 3% | 487.516 | -6% |
| | Contentores | 288.001 | 2% | 249.276 | 16% |
| | Terminal Multiusos Zona 2 (SADOPT) | | | | |
| | Carga Geral + Outros | 186.824 | 1% | 187.264 | 0% |
| | Subtotal | 474.825 | 3% | 436.540 | 9% |
| | Terminal de Granéis Sólidos (Sapec) | | | | |
| Douro e Leixões | Granéis | 161.866 | 1% | 133.660 | 21% |
| | Terminal de Granéis Líquidos (Sapec) | | | | |
| | Granéis | 55.018 | 0% | 50.507 | 9% |
| | Subtotal Setúbal | 1.151.971 | 7% | 1.108.223 | 4% |
| | Terminal de Contentores de Leixões | 1.455.453 | 8% | 1.625.354 | -10% |
| | Terminal de Carga a Granel de Leixões | 994.999 | 6% | 728.467 | 37% |
| | Silos de Leixões | 143.166 | 1% | 214.797 | -33% |
| | Terminal Produtos Petrolíferos | 1.819.721 | 10% | 1.776.115 | 2% |
| | Terminal de Granéis Líquido Alimentares | 2.999 | 0% | 3.003 | 0% |
| | Terminal Expedição de Cimento a Granel | 15.260 | 0% | 9.121 | 67% |
| Lisboa | Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado | 1.329 | 0% | 1.411 | -6% |
| | Subtotal Douro e Leixões | 4.432.927 | 25% | 4.358.268 | 2% |
| | Terminal de Contentores de Alcântara | 548.749 | 3% | 360.274 | 52% |
| | Terminal de Contentores de Santa Apolónia | 455.347 | 3% | 450.155 | 1% |
| | Terminal Multipurpose de Lisboa | 112.328 | 1% | 117.171 | -4% |
| | Terminal Multiusos do Beato | 131.653 | 1% | 169.349 | -22% |
| | Terminal Multiusos do Poço do Bispo | 183.941 | 1% | 186.964 | -2% |
| | Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria | 319.197 | 2% | 484.717 | -34% |
| | Terminal de Granéis Alimentares da Beato | 109.660 | 1% | 132.465 | -17% |
| | Terminal de Granéis Alimentares de Palença | 316.518 | 2% | 338.301 | -6% |
| Aveiro | Terminal do Barreiro | 174.924 | 1% | 226.245 | -23% |
| | Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro | 133.969 | 1% | 147.256 | -9% |
| | Terminal do Seixal - Baía do Tejo | - | - | - | N/A |
| | Subtotal Lisboa | 2.486.286 | 14% | 2.612.897 | -5% |
| | Terminal Sul Aveiro | 181.627 | 1% | 147.563 | 23% |
| | Subtotal Aveiro | 181.627 | 1% | 147.563 | 23% |
| Sines | Terminal de Contentores (TXXI) | 3.314.465 | 19% | 3.314.019 | 0% |
| | Terminal Multipurpose | 1.395.229 | 8% | 942.569 | 48% |
| | Terminal de Granéis Líquidos | 4.753.751 | 27% | 3.553.610 | 34% |
| | Subtotal Sines | 9.463.445 | 53% | 7.810.198 | 21% |
| Total | | 17.716.256 | 100% | 16.037.149 | 10% |

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas administrações portuárias.

Nota: ⁽¹⁾ Inclui carga fracionada, carga contentorizada, Ro-Ro, graneis sólidos e graneis líquidos.

Quadro 12 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2015 e respetiva variação homóloga

Valores em TEU

| Sector Portuário | | 1T 2015 | Peso no Total | 1T 2014 | Δ 1T 2015 / 1T 2014 |
|------------------|--|---------|---------------|---------|---------------------|
| Lisboa | Terminal de Contentores de Alcântara - Liscont | 50.357 | 9% | 36.736 | 37% |
| | Terminal de Contentores de Santa Apolónia- Sotagus | 41.770 | 7% | 43.158 | -3% |
| | Terminal Multipurpose de Lisboa - Operlis | 12.750 | 2% | 12.854 | -1% |
| | Terminal Multiusos do Beato- TMB | 11.695 | 2% | 10.469 | 12% |
| | Terminal Multiusos do Poço do Bispo - ETE | 2.886 | 0% | 4.643 | -38% |
| Subtotal Lisboa | | 119.458 | 21% | 107.860 | 11% |
| Leixões | TCL - Terminal De Contentores De Leixões, S.A. | 152.379 | 26,4% | 160.239 | -4,9% |
| | Subtotal Leixões | 152.379 | 26% | 160.239 | -5% |
| Setúbal | Terminal Multiusos Zona 1 (Tersado) | 129 | 0% | 179 | -28% |
| | Terminal Multiusos Zona 2 (SADOPORT) | 26.503 | 5% | 26.357 | 1% |
| | Subtotal Setúbal | 26.632 | 5% | 26.536 | 0% |
| Sines | Terminal de Contentores (TXXI) - Sines | 279.347 | 48,3% | 271.209 | 3% |
| | Subtotal Sines | 279.347 | 48% | 271.209 | 3% |
| Total | | 577.816 | 100% | 565.844 | 2% |

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas administrações portuárias.